



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**GABINETE DO CONSELHEIRO**

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

<b>PROCESSO</b>	<b>:</b>	<b>21.601-1/2020</b>
<b>INTERESSADA</b>	<b>:</b>	<b>MARIA STAEL GARCIA RODRIGUES</b>
<b>PROCEDÊNCIA</b>	<b>:</b>	<b>INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE MATO GROSSO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>:</b>	<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO</b>
<b>RELATOR</b>	<b>:</b>	<b>CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM</b>

## II-RAZÕES DO VOTO

10. Considerando que a beneficiária preenche todos os requisitos constitucionais e que os Atos de concessão do benefício de aposentadoria atendem às exigências legais, acolho o Parecer 4.062/2023 do Ministério Público de Contas, e nos termos do art. 47, III, da Constituição Estadual; art. 43, II, da Lei Complementar 269/2007, e arts. 10, XXIII, 211, inciso II, da Resolução Normativa 16/2021 – TCE/MT, **VOTO** no sentido de:

a) **registrar** os Atos 224/2020 e 2087/2023, publicados no Diário Oficial Eletrônico da ALMT em 31/03/2020 e 26/06/2023;

b) **julgar legal** o cálculo do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, concedido à Sra. **MARIA STAEL GARCIA RODRIGUES**, servidora estabilizada constitucionalmente no cargo de carreira de Procuradora Legislativa, 1 categoria, lotada na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no município de Cuiabá/MT, com fundamento no art. 3º, incisos I, II, III e § único da Emenda Constitucional 47/2005, art. 145 da Constituição Estadual, c/c os arts. 58, 213, inciso III, alínea “a”, 215 e 216 da Lei 04/1990, Lei 7860/2002.

**É o voto.**

Tribunal de Contas, 03 de agosto de 2023.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**  
Relator

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

